

# Crítica ao Dia "D" da Educação

Ozír Tesser

No dia 18 de setembro de 1985, o Ministério da Educação promoveu um grandioso debate nacional sobre a educação escolar. Após essa data, o Ministro da Educação considerou a realização do Dia "D" um êxito total, uma vez que cerca de vinte milhões de pessoas, segundo afirmou, discutiram os problemas da educação.

As reflexões aqui expostas foram, na mesma data, apresentadas em suas grandes linhas na Concha Acústica da UFC, por ocasião da abertura da II Semana de Pedagogia, promovida pelos Centros Acadêmicos dos Cursos de Pedagogia da UFC e da UECE, solenidade essa que também se propôs comemorar o Dia do Debate Nacional sobre a Educação.

Toda a história das sociedades de classes tem mostrado que as classes possuidoras sempre detiveram o monopólio sobre o saber, a instrução, as artes e a política; e as classes trabalhadoras, submetidas aos duros trabalhos da produção material, foram privadas, como tendência histórica, do acesso à instrução, à política e à cultura. Esse "capricho" histórico se manifesta tanto no que se refere aos aspectos quantitativos (escola para todos) quanto ao aspecto qualitativo (escola única, de igual qualidade para todos).

Se é essa a tendência predominante da história da humanidade, hoje, estão dadas as condições históricas para que as classes subalternas, e de modo particular aquela dentre elas que detém a liderança, por sua posição central no desenvolvimento da sociedade capitalista, possam, a partir de sua visão de mundo, exprimir seus interesses e definir os meios adequados para atingir seus objetivos, no que concerne à atividade científica, à cultura, à instrução e à política.

Falar sobre o Dia do Debate Nacional sobre a Educação sem ter presente essa realidade histórica é confundir ingenuamente o discurso e a realidade, a palavra e o fato.

Perscrutando o ceticismo latente no meio educacional mais avançado com relação aos resultados esperados da campanha do Dia "D" da Educação, preocupou-me desvendar as possíveis razões subjacentes a essa atitude que, longe de significar o descaso pela tarefa educadora, traduz uma experiência acumulada sobre discursos não cumpridos.

As indagações, análises ou afirmações aqui esboçadas devem ser interpretadas à luz do que foi dito acima como introdução ao debate.

1 – Parece-me que o primeiro esforço crítico em relação a essa questão deve consistir em procurar discernir a realidade que se esconde por trás das aparências. Quais são as aparências dessa campanha nacional? A primeira delas é a de pretender fazer crer que o que impede os milhões de jovens de ter acesso à escola, ou o que leva outros milhões a serem dela enxotados pela repetência, evasão ou desnutrição decorre de uma dificuldade natural, ou até de um desconhecimento das causas e engrenagens sociais responsáveis por essa situação que desonra a consciência cívica nacional.

O debate, como é conduzido, gera a ilusão de que, banida a pouca ciência sobre o fenômeno e adquirida a inteligência dos problemas amplamente discutidos, as dificuldades serão superadas, num clima de consenso nacional. A verdade libertará! A verdade de quem? E para quem?

Essa visão unanimista da realidade social e educacional tem como intenção subjacente dar a impressão de que tudo o que era possível fazer está sendo feito. É a velha tática de ocupar o espaço antes que os verdadeiros interessados se organizem e lutem por seus direitos. Trata-se, no fundamental, de recompor a hegemonia desgastada por 21 anos de opressão e de arbítrio.

2 – Uma indagação, talvez a primeira que salta ao espírito crítico, consiste em se perguntar se é realmente de debate que mais necessita a realidade escolar brasileira. A resposta pode ser positiva ou negativa. Depende do ponto de vista a partir do qual o problema é considerado.

A resposta é não, se considerarmos o problema a partir da ótica da campanha promovida pelo Ministério da Educação. Com efeito, a enorme energia despendida nesses dias poderia ter sido melhor aplicada em sanar os problemas fundamentais que afetam a educação e que são conhecidos por todos, mormente pelos que foram alçados às responsabilidades ministeriais. As lições que o Ministro afirma ter tirado após a realização do Dia "D", a respeito do grave problema da desvalorização do profissional da educação, da urgência de se melhorar a qualidade do ensino, de se ampliarem e recuperarem as escolas e de se aumentar o tempo de permanência diária das crianças na escola, bem como de se buscarem soluções para os desvios do livro didático e da merenda escolar são todas de meridiana evidência para os educadores. Nihil novi!

Também não é desse debate que mais necessita a educação no Brasil, porque nada nos garante sobre o processo de coleta das sugestões e, menos ainda, sobre o processo de tomada de decisões, de hierarquização das prioridades, e, o que é mais importante, sobre as soluções concretas a serem encaminhadas. Na experiência dos educadores, não é a primeira vez que se verifica a aplicação do célebre provérbio latino sobre o parto das montanhas: "pariunt montes et nascitur ridiculum mus".<sup>1</sup>

Por outro lado, podemos dizer que o debate é necessário para as classes subalternas; elas sim, devem poder debater a visão que têm de seu direito à instrução, à cultura e à escola, e procurar os meios adequados a serem empregados a fim de fazer valer seus direitos. No debate do Dia "D", onde estão os excluídos da escola?

Longe do unanimismo nacional, "bolha de sabão" ideológica da promoção do Dia "D", é a partir de outro processo de debate, organização e luta que a educação brasileira poderá ser transformada. Houve e há países que fizeram e

1) "As montanhas se agitam em dores de parto e dão à luz um ridículo camundongo".

fazem isso de forma exemplar. Sem apelarmos para condições históricas inexistentes em nosso País, essas linhas querem apontar outros encaminhamentos cabíveis em nossa realidade e, sobretudo, denunciar o caráter falacioso desse debate.

3 – Ganha corpo entre os educadores a denúncia da tendência que as classes detentoras do poder têm demonstrado, ao longo da história, de ludibriar as classes subalternas, através da falsa identificação entre a palavra e a realidade, entre o discurso idealista e as medidas concretas.

Torrentes de debates, páginas e mais páginas de sugestões darão a impressão de que a realidade transformadora está aí, ao alcance da mão. Essa mistificação, que confunde a magia da palavra com a realidade, é tanto mais inebriante quanto mais espontânea e idealista é a visão que impregna a sociedade. Cabe aqui uma aproximação com a formulação de Feuerbach: "a verdadeira relação entre pensar e ser é apenas esta: o ser é sujeito, o pensar é predicado... o pensar é a partir do ser, mas o ser não é a partir do pensar". Parafraseando esse autor, diríamos que "a verdadeira relação entre o discurso e a realidade é apenas esta: a realidade é a verdade, o discurso pode não o ser; ou o fato é real, a palavra pode conduzir à ilusão".

Com efeito, em que desaguará tamanha avalanche de debates? Em novas disposições ou leis? Já não eram leis as que asseguravam, mistificando a nação, que o ensino primário dos 7 aos 14 anos era obrigatório? Onde está a implementação dessa disposição legal? Onde está a vontade política das classes detentoras do poder para que esse direito seja assegurado? Que educador alimenta ainda ilusões sobre as razões mais profundas que detêm os milhões de crianças à porta da escola? Apenas um dado: há no Brasil cento e cinquenta mil professores não habilitados e mais de quinhentos e cinquenta mil normalistas, formados que não exercem a profissão. Onde está o erro?<sup>2</sup>

4 – Outra indagação subjacente ao ceticismo dos educadores em relação ao Dia "D" da Educação consiste em se perguntar se, na realidade, não está aí o esboço de um equívoco ideológico que pretende que a mudança social decorra fundamentalmente da educação escolar. Esse canto de sireia não é novo, basta lembrarmos os dias negros da ditadura militar, quando o Ministro Delfim insistia em afirmar que a solução para a assustadora desigualdade na distribuição de renda no País se encontrava na educação do povo. Hoje, o engodo pode repetir-se; a Nova República necessita de mudanças. Pois falemos, sobretudo falemos de mudanças, principalmente daquelas que têm menos chances de se concretizarem.

5 – Ainda outra indagação nos parece pertinente: por que, ao abordar os problemas nacionais, a Nova República procura dar a impressão de que tudo o que é possível de se fazer está sendo feito?

A campanha de debate sobre a educação é conduzida a partir de pressupostos de que a situação calamitosa da educação, ou a falência da escola, decorre, como dissemos anteriormente, de causas de difícil compreensão, e de que somente por um esforço enorme da sociedade se obteriam luzes e forças para romper esse estado quase natural de dificuldades. Em outras palavras, leva-se a campanha num tal clima, como se, através de um esforço unânime de consenso nacional, pudéssemos chegar à solução dos problemas.

2) Seminário sobre Capacitação de Professores Leigos. Recife, 26-28 de agosto de 1985.

Analisemos as brochuras de divulgação publicadas por ocasião do Debate Nacional sobre a Educação. Por que se evita, nelas, a análise dos entraves de classe à educação popular? Onde está, nelas, ao menos uma alusão às resistências que historicamente as classes dominantes têm demonstrado em relação à vontade popular de se educar? Fala-se nas dificuldades da educação, mas não se pretende demonstrar as engrenagens que as condicionam, cuja natureza é mais de ordem política e ideológica do que técnica, financeira ou de recursos humanos.

Essas reflexões nos levam a recolocar a questão: é de debate que mais necessita a educação brasileira? Não, na forma em que o debate está sendo encaminhado. Sim, a partir da ótica dos aliados da educação. Nessa perspectiva, o encaminhamento a ser dado é outro: o processo requer, em primeiro lugar, uma discussão com as classes subalternas e suas organizações sobre os instrumentos que permitam superar os entraves; em segundo, a garantia dos mecanismos de decisão sobre as sugestões dessas classes e de seus órgãos; em terceiro, a utilização de toda a parafernália audiovisual, técnica e financeira para romper o cerco do analfabetismo, da desvalorização dos professores, dos impasses do livro didático, da desnutrição das crianças, enfim, da pavorosa nacional em que as classes possuidoras amordaçam as energias de criatividade e capacidade de se superar das classes subalternas. Basta um simples olhar de relance no que ocorre nos países que já viveram essa experiência para vislumbrar a possibilidade de tornar esse sonho uma realidade.

6 – Para desvendar, entender e empregar os instrumentos que permitem vencer as resistências sociais à escola para todos e à escola única, cabe uma outra indagação. Em que medida a iniciativa do Ministério da Educação traduz uma concepção idealista das relações Estado e Sociedade Civil? Explico-me. Segundo a visão hegeliana, o Estado se encontra num grau de desenvolvimento superior relativamente à Sociedade e a determina. Nós afirmamos o contrário: a Sociedade Civil é premissa do Estado. Para entender os entraves à escola para todos e à escola única nas relações de classe, é no interior da Sociedade Civil, antes de tudo, que devem ser buscadas as razões dos seus impasses e as suas soluções. É de se perguntar se a iniciativa estatal não segue a velha tática das classes possuidoras de ocupar o espaço, antecipando-se assim à organização e à luta das classes subalternas. Assim sendo, o debate nacional desenhado tende a não ultrapassar o invólucro ideológico das classes dominantes, e os problemas, propostas de solução e encaminhamentos permanecem atrelados a uma determinada visão de mundo à qual está ligada a política da não-escola.

Citemos, como ilustração, o debate apresentado na vigília do Dia "D", em cadeia nacional da TV Educativa, e que reuniu Secretários de Educação de vários Estados, educadores e a imprensa. Apesar da presença de educadores engajados na luta pela educação, na perspectiva das classes subalternas, o debate, no essencial, não rompeu o enfoque teórico das classes dominantes. Evocar os inúmeros e complexos problemas da educação escolar brasileira, a evasão, a repetência, o livro didático, a não-valorização do professor, a merenda, a falta de escola, etc., sem tocar nos problemas políticos e ideológicos que estão na base do descabro da educação básica em nosso País é não sair de uma perspectiva de classe, justamente a daquela classe para quem a escola não tem faltado.

Enfim, tratar de Política Educacional, que outra coisa não é a campanha do Dia "D", sem evocar uma teoria política

que busque desvendar as concepções de mundo divergentes das classes sociais em confronto é querer tratar de tão agudo problema camuflando as condições sócio-históricas da política educacional.

O primeiro ato da razão crítica, no que concerne ao tal Debate, deve partir da constatação da existência distinta da política educacional hegemônica e da política educacional subalterna; uma, representando os interesses tradicionais das classes dominantes, e a outra, capaz, mesmo que em estado latente, de expressar os interesses e as decisões das classes subalternas. O tal Debate do Dia "D", de forma preponderante, representou as razões, os problemas e as soluções dentro do invólucro ideológico da política hegemônica.

Afirmar ingenuamente que é importante "ocupar espaço no debate", sem pôr em questão, sem desvelar as razões ideológicas que o motivaram é, na realidade, deixar-se invadir por iniciativas cujos resultados são facilmente presumíveis.

7 - Por fim, podemos fazer apelo à teoria política para ensalar uma resposta mais elaborada sobre a promoção do Dia "D" da Educação. Ao falar da ação do Estado, Gramsci distingue nela o exercício da hegemonia e o exercício da dominação. A hegemonia é exercida pela persuasão, pela capacidade que as classes dirigentes têm de representar os interesses gerais da sociedade. A hegemonia está ligada ao conceito de direção cultural da sociedade e não se confunde com o conceito de poder. A dominação é o exercício do poder coercitivo na sociedade. A direção cultural e a direção política são inseparáveis no exercício do poder. Nenhuma classe pode deter longamente o poder apenas pela dominação. Sua tendência histórica é procurar exercê-lo pelo consenso das classes subordinadas.

O que precede pode ajudar-nos a compreender que o Estado de classes no Brasil, após 21 anos de ditadura militar, havendo desgastado sua capacidade de direção intelectual e moral, tente recompor sua hegemonia através da Nova República.

Não são de se estranhar, portanto, as iniciativas do Ministério da Educação. São tentativas que visam a reassumir a direção cultural. A direção política e a direção cultural andam juntas, como a ideologia e a coerção são insepará-

veis. A densidade desses conceitos nos indica que, ao lançar essa campanha, e outras que virão, seu objetivo primordial não consiste basicamente na busca das soluções aos problemas arquiconhecidos da educação escolar, mas no restabelecimento do quadro onde o aparelho de Estado, o Ministério da Educação, exerça seu trabalho pedagógico. A hegemonia, então reavivada, baseia-se na adesão, fruto de um trabalho educativo pelo qual, como diz Vieira, o povo acredita que o grupo dominante dirige a vida nacional de acordo com os interesses da nação.<sup>3</sup>

A Nova República, no interesse das mesmas classes que antes detinham o poder, deve agitar e falar muito em reformas. Sobretudo falar, falar e falar. Vivemos um período em que a forma tem o primado sobre o conteúdo.

Se o pedagogo italiano tem razão, e assim o pensamos, a solução dos problemas educacionais não pode ser encontrada na dinâmica das promoções oficiais, e sim na determinação das classes subalternas em se organizar e lutar por seus direitos. É nessa ótica que o debate se torna uma necessidade.

Entende-se que a tarefa fundamental do intelectual, como vínculo de união entre a superestrutura e a estrutura, é a da organização. Ele é um educador na medida em que seu campo de ação reside na busca do consentimento do povo quanto à direção imprimida à sociedade. É nesse sentido que a luta pela hegemonia das classes subalternas depende fundamentalmente dos educadores (em seu sentido mais largo) imbuídos dos interesses dessas classes, e que resistem à propaganda avassaladora da ideologia dominante - que tem no Debate do Dia "D" um exemplo de como funciona e o que pretende essa ideologia, e que só surpreende os ingênuos e incautos.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SEMINÁRIO SOBRE CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES LEIGOS. Recife, 1985. *Relatório ...* Brasília, INEP, 1985.

VIEIRA, Evaldo Amaro. Estado e política social. *Educação & Sociedade*, Campinas (2): 79-85, jan. 1979.

3) VIEIRA, 1979. p. 79-85.